

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	19.001.1974	COMÉRCIO DO PORTO
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA



O secretário-geral do P. P. D., Sá Carneiro, quando expunha aos jornalistas a situação do seu partido na actual conjuntura nacional. Na mesa vêem-se também, da esquerda para a direita, os restantes dirigentes do P. P. D.: Alfredo Morgado, Manuel Alegria, Magalhães Moça, Francisco Balsemão, Rui Machete, Alfredo de Sousa e Sá Borges

# AS ELEIÇÕES DE MARÇO NÃO DEVEM SER ADIADAS

— posição do P. P. D. sublinhada em conferência de Imprensa

● O CONGRESSO DO PARTIDO EFECTUA-SE EM 23 E 24 DE NOVEMBRO

«Importa conservar e defender a pureza da revolução de 25 de Abril. Elemento essencial dessa pureza é a intenção das Forças Armadas, que assumiram o Poder, de o devolver democraticamente ao povo e recolher aos quartéis, substituindo a legitimidade revolucionária do Poder por uma

legitimação democrática através de eleições — afirmou ontem o secretário-geral do Partido Popular Democrático (P. P. D.), dr. Sá Carneiro, durante uma confe-

rência de imprensa convocada para a sede daquele partido, no objectivo de «fazer publicamente a análise da situação do partido na actual conjuntura e de anunciar a reunião do seu

Congresso Nacional, nos dias 23 e 24 de Novembro.

O tema das eleições ocuparia de resto, grande parte do encontro com os jornalistas. Sublinhando a posição do partido quanto a essa matéria («não há razão válida para adiar as eleições marcadas para Março») quer na sua exposição inicial, quer nas respostas que forneceu a insistentes perguntas dos homens da Informação a esse respeito, o dr. Sá Carneiro marcou aquilo a que poderá considerar-se um dos pontos mais importantes da mensagem que o partido de centro-esquerda português, desejou deixar vincado.

«O P. P. D. considera essencial a realização de eleições livres no prazo previsto no programa do M. F. A.», disse aquele dirigente político, acrescentando: «O P. P. D. entende que o presente momento político só conduzirá à democracia se for ele mesmo democrático; a democracia aprende-se pelo exercício e controla-se por meios democráticos. O exercício da democracia significa, aqui e agora, audição do povo, iniciativa popular, participação institucionalizada de todos, na criação das condições estruturais da sua implantação.»

E acentuou: «É imprescindível o sufrágio. Não há democracia pelo povo, sem reconhe-

(Continua na 12.ª página)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	19.001.1974	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

# O P. P. D. TEM ACTUALMENTE 100 SEDES NOS DISTRITOS DO CONTINENTE E ILHAS

(Continuado da 1.ª página)

cimento a todos da idoneidade moral para votar.

Por isso o P. P. D. defende o voto dos emigrantes, dos analfabetos, dos maiores de 18 anos, sem temer os riscos da falta de informação, da despoluição, das dependências várias que ainda abundam na sociedade portuguesa. A opção política é essencialmente uma opção moral.

Mais tarde, respondendo a uma pergunta, o mesmo «deixou» admitir ter conhecimento de «posições veladas» que estariam interessadas num eventual adiamento das eleições. «A nossa atitude não é de crítica, pois não nos compete criticar ninguém, mas de afirmação clara de que entendemos que o sufrágio deve ser realizado em Março.» Instado a explicitar quem poderia querer essa data mais afastada, Sá Carneiro disse: «É fácil formar um juízo, pelo que tem sido publicado. Mas — repetiu — não nos compete falar dos outros.» E num comentário: «Oremos que desse adiamento só poderá tirar vantagem quem não aceitar o Programa do Movimento das Forças Armadas, que é presente e presente a lei constitucionais.»

## Contra a designação de «liberal»

Na exposição introdutória, Sá Carneiro começava por precisar que o P. P. D. quer a social-democracia em Portugal e que não é um partido liberal (é um defensor intransigente das liberdades individuais, mas

quer aprofundá-las e garantir que tenham igual conteúdo para todos, através de um esforço constante de construção de um socialismo humanista e democrático).

O repúdio da designação «liberal» atribuída ao P. P. D. seria, de resto, objecto de uma menção expressa de Sá Carneiro a idêntica afirmação do dr. Mário Soares — cujo nome foi citado —, o qual, segundo o secretário-geral do P. P. D., teria assim rotulado este Partido numa intervenção feita no Conselho da Europa. «Essa afirmação não é exacta e não corresponde à forma (essa sim, exacta) como o dr. Mário Soares se referiu ao P. P. D. numa entrevista concedida ao «Diário de Notícias» e durante a qual afirmou: «O Partido Popular Democrático (...) é um Partido saído da chamada ala liberal do regime caetanista. Foram homens que, durante o período do caetanismo, acreditaram na viabilidade de uma transformação no interior do regime, mas que depois se convenceram de que essa via estava bloqueada e passaram corajosamente à oposição. Fizemos uma resistência que progressivamente se foi definindo, até nos surgir, a partir do 25 de Abril, sob as características de uma social-democracia.»

E o dr. Sá Carneiro acrescentou: «Para o P. P. D. não há verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia. Negar o carácter socialista da social-democracia ou confundir o socialismo com o capitalismo ou negar a sua importância são erros graves de análise, e ignoram dados basilares da estrutura económico-social portuguesa.»

O P. P. D. — prosseguiu — é por definição um Partido para o povo, e está-se tornando de facto, rápida-

mente, um grande partido popular em Portugal. Os que afirmam, por interesses óbvios, que o P. P. D. é um partido da média burguesia ou desta e de certos sectores da pequena burguesia, deturpam a realidade. Pela sua ideologia e pela composição sociológica dos seus aderentes, o P. P. D. é um partido que não pretende representar nenhuma classe contra as outras. Pretende, sim, reunir todos os que conungam nos valores do socialismo democrático, sem por isso desconhecer os interesses dos vários estratos: sociais e a sua dinâmica, afirmando a sua solidariedade básica com os trabalhadores.

O P. P. D. — disse ainda — não é um partido de quadros, embora seja evidente o grande apelo que o P. P. D. tem para os intelectuais e técnicos deste País, que estão empenhados num trabalho sério, metódico e realista.

## «Sim» à Europa

Documentando a afirmação seguinte, de que o partido (interclassista e popular) encontrava enorme adesão em todos os sectores e regiões do País, outro elemento da mesa revelaria a existência de cerca de 100 redes do P. P. D. no continente e ilhas, compreendendo a totalidade dos distritos e 60% das freguesias. «So numa semana — sublinhou-se — realizámos 54 sessões de esclarecimento com a comparência de 13.500 pessoas.»

O P. P. D. acredita numa via portuguesa para o socialismo como continuação original para o desenvolvimento e consolidação do socialismo democrático na Europa e no Mundo — observou igualmente Sá Carneiro que, depois de se referir às características da situação socio-económica que fundamentam a originalidade da experiência portuguesa, acrescentou:

«Por isso o P. P. D. diz claramente sim à Europa e à Europa do Mercado Comum. Ao contrário de outros partidos, não considera o Mercado Comum uma simples construção dos monopólios numa fase avançada do capitalismo, mas antes e sobretudo germe do encontro dos povos europeus consigo próprios e da sua solidariedade com o resto do Mundo.»

«As tentativas de assimilação da situação portuguesa a de países do Terceiro Mundo, ou de imitação de experiências socialistas como a cubana, a chilena ou a peruana estão viciadas por erros graves de análise, e ignoram dados basilares da estrutura económico-social portuguesa.»

«Defenderemos sempre a liberdade de pluralismo democrático de acordo com as tradições da social-democracia.»

## Evitar o medo

«Há situações que temos de evitar — diria, noutro passo, o secretário-geral do P. P. D. — que, se concretizarem-se, põem em causa a real liberdade de escolha e, portanto, o carácter verdadeiramente democrático das eleições. Entre elas devemos salientar: o colapso do sistema produtivo; a manipulação política do voto pela participação de movimentos unitários sem linha política diferenciada; a manipulação da informação, pela falta de transparência política, em termos partidários, das suas mensagens.»

E concretizou: «Só existe liberdade de escolha e debate crítico das alternativas num clima de paz social, o qual supõe um mínimo de estabilidade económica.»

«Assim, o P. P. D. advoga uma política económica de bem-estar e de crescimento contínuo do produto nacional, e insiste em que as urgentes reformas de estruturas se deverão processar de forma a não arriscar o colapso do sistema produtivo, sob pena de sacrificar a democracia. Por isso também tem defendido e defenderá, no governo e fora dele, uma linha económica que não imponha à população sacrifícios que esta não está preparada para aceitar e nada justifica que lhe sejam exigidos.»

Essa linha económica — que havia de ser também tema no período de perguntas e respostas — mereceu concordância de outros partidos, segundo foi afirmado, e nomeadamente do Partido Socialista, que apresentou no seu programa muitos dos pontos já anteriormente apontados

por nós», sublinhou-se. «Estamos certos de que algumas das nossas soluções serão adoptadas no programa económico de emergência, do Governo Provisório», acrescentou o dr. Alfredo de Sousa, coordenador do gabinete de estudos do P. P. D.

«Tem de se evitar o medo — afirmou ainda Sá Carneiro —, a luta de grandes massas de desempregados pelo pão, a insegurança colectiva.»

Não há liberdade de escolha num ambiente coercivo de campanhas propagandísticas de mobilização colectiva para os sacrifícios inseparáveis das soluções revolucionárias.

Do regime anterior conhecemos, por amarga experiência, a manipulação da opinião e a falta de respeito pelo povo implicadas na propaganda maciça em nome do pretérito interesse nacional.

O que se impõe é o fortalecimento da solidariedade social, pela participação livre e responsável de todos nas tarefas da reconstrução nacional. Austeridade sim, mas só a indispensável para o bem-estar de todos. Apenas deste modo se cria um clima de confiança nas regras de jogo económico que forem — e importa que o sejam — claras e urgentemente — definidas pelo Governo Provisório. So assim também se poderá esperar das massas trabalhadoras e dos empresários a compreensão e sacrifícios necessários às progressivas reformas de estrutura. So assim, finalmente, se poderá contar com o apoio efectivo das nações amigas e das organizações internacionais.»

## «Excluir da concorrência às urnas os movimentos de carácter unitário»

A análise da situação actual do pensamento e da acção do P. P. D. encaminhou-se, depois, para a afirmação da necessidade de excluir da concorrência às urnas movimentos de carácter unitário, por maiores que sejam os seus méritos na luta antifascista. A propósito, sublinhou o dr. Sá Carneiro: «Esses movimentos, pela sua própria natureza, ou evitam uma clara definição de uma alternativa política, pedindo aos eleitores um cheque em branco, ou definem claramente uma tal opção e não são unitários. Neste caso, corre-se o risco de o pretérito movimento unitário não ser mais do que um partido político que se esconde sob a sigla da unidade para manipular as massas.»

O P. P. D. não pode contestar a falta de transparência para o eleitor do que está em jogo no acto eleitoral de Março.

Pelas mesmas razões — acrescentou —, o P. P. D. considera indispensável a transparência política da televisão e dos outros meios de comunicação social. E porque o trabalho de consciencialização política — é uma urgente prioridade, repulsa insubornável a institucionalização dessa transparência. Quer isso dizer que os meios de comunicação controlados pelo Estado, a Emissora Nacional, a RTP, as campanhas oficiais de esclarecimento político, devem promover com «ignóscia» isenção o debate aberto dos problemas nacionais através da contraposição clara das várias opções partidárias. Tal só será possível pela participação, ao nível pessoal, dos partidos democráticos no «controlo» político dos meios de informação do Estado.

## O P. P. D. reunirá o seu Congresso Nacional em Novembro

Tracando as conclusões das linhas básicas do P.P.D. no presente momento, Sá Carneiro precisou:

«Importa conservar e defender a pureza da revolução de 25 de Abril. Elemento essencial dessa pureza é a intenção das Forças Armadas, que assumiram o poder, de o devolver democraticamente ao povo e recolher aos quartéis, substituindo a legitimidade revolucionária do poder por uma legitimação democrática através de eleições. Enquanto esse objectivo, novamente reafirmado pelo Chefe do Governo Provisório na jornada nacional de trabalho com que o País comemorou a vitória de 25 de Setembro, não for atingido, vivemos numa situação predemocrática, como lembrou ontem o Presidente da República no seu histórico discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.»

Trata-se de um processo difícil e complicado, em que o País mostrará,

uma vez mais, a maioria política de que tem dado provas. Mas é preciso acentuar que desse processo de transferência democrática de poder depende a participação de todos os portugueses nas grandes tarefas de construção de uma democracia pluralista em Portugal.

É com estes propósitos que o P.P.D. continuará a dar o seu inteiro apoio e leal colaboração ao M.F.A. e ao Governo Provisório, juntamente com os demais partidos e forças democráticas. Para definição mais desenvolvida dos seus objectivos, para fortalecimento interno do partido e para consolidação em bases claras da sua aliança com outras forças democráticas no Governo e fora dele, a comissão política convocou o congresso nacional do P.P.D., para os dias 23 e 24 de Novembro.»

## Voto dos emigrantes: discordância das restrições

Uma crítica ao Governo Provisório seria feita, depois, a propósito da proposta de lei eleitoral, e no respeitante ao voto dos emigrantes. Depois de afirmar sempre ter discordado de críticas públicas feitas ao Governo por um partido pertencente à coligação, Sá Carneiro disse fazer «com absoluta tranquilidade» a declaração de divergência sobre o caminho quanto ao voto dos emigrantes. «Foram cumpridas as regras táticas, prévias, que me permitem agora dizer em público que o P.P.D. não concorda com as restrições impostas aos emigrantes para o exercício do seu direito de voto. O P.P.D. — insistiu — não concorda com essas restrições e acha que aos emigrantes deveriam ser concedidos direitos mais amplos.»

O dr. Francisco Balsemão falou, depois, da sua recente deslocação a França e à Escandinávia (onde manteve conversações com os primeiros-ministros da Suécia e da Noruega e com o secretário-geral do Partido Social-Democrata da Dinamarca) salientando a importância da sua presença nas «Assises Socialistas», como prenúncio da ampla aceitação do P.P.D. na Internacional Socialista. A família socialista e social-democrata é tão heterogénea em países com experiência partidária — disse — que há casos de dois partidos de inspiração socialista numa mesma nação, como é o exemplo da Itália, na Europa, e de Israel e da Venezuela, fora dela» — sublinhou.

## Coligação e «jogos de forças»

Algumas das perguntas dos jornalistas incidiram, com alguma insistência, na possibilidade de coligações pré-eleitorais e, até, nas consequências pós-eleitorais desse possível jogo de forças.

Introdutória a este capítulo, foi abordada a hipótese de uma entrada do Partido do Centro Democrático Social (C.D.S.) para a coligação governamental. Respondendo, Sá Carneiro referiu: «De princípio, não deverá ser recusada a presença, no Governo de coligação, de quaisquer forças democráticas que se tenham definido claramente como um partido. Mas neste momento, em que foi recentemente formado o terceiro Governo Provisório; em que o número legal de ministros sem pasta (4) está preenchido; e em que se anuncia a promulgação de uma lei eleitoral clarificando o panorama partidário, haveria mais inconvenientes do que vantagens num reformular da coligação. O C.D.S., como qualquer outra força com suficiente representatividade, deverá aguardar a definição dos requisitos legais e a altura conveniente para, eventualmente, fazer parte de um quarto governo de coligação, o que poderá acontecer só depois das eleições de Março.»

Quanto à viabilidade de coligações com o Partido Socialista e com o Movimento da Esquerda Socialista (M.E.S.), o secretário-geral do P.P.D. observou que elas «não dependem só de nós» e que seriam influenciadas pelo sistema de representatividade proporcional que deverá ser o acolhido pela nova legislação.

Um jornalista quis saber se a crise de 28 de Setembro, «tendo fortalecido o partido de Alvaro Cunhal», não teria, simultaneamente, «enfraquecido a posição do P. P. D.»

Sá Carneiro: «Quanto ao fortalecimento do Partido do sr. dr. Alvaro Cunhal, a afirmação é de quem pergunta. Quanto ao nosso enfraquecimento, não o sentimos de modo nenhum. Mesmo em posição relativa (o fortalecimento de um significando o enfraquecimento de outros) sentimos-nos tão fortes e tão activos como antes do 28 de Setembro. E registamos com prazer que algumas das posições que temos mantido, têm sido aceites por outros partidos.»